



GERALDO LOURENÇO

SÓCIO 1



A Noite e a Madrugada

Há uma longa noite na história da classe dos Praças da Armada, milhares de pesadelos e sacrifícios que esta classe enfrentou no percurso da sua longa história. O mar foi sempre uma força descomunal da natureza à qual o homem humildemente se curva e obedece porque o teme. Essa grandeza colossal e imprevisível sempre assustou, como fascinou o homem.

Nunca foi possível dominá-lo, e enfrentá-lo constitui uma aventura porque aquela matéria cheia de “mostrengos”, “gigantes adamastores”, “cavernas rolantes” e “abismos do fim do mundo”, se desrespeitados tudo engolem independentemente do seu tamanho ou forma. Não se conhece a dimensão da sua gula. A partir de meados do século XIV, de forma mais organizada e por empenho dos Infantes da Casa Real nomeadamente, o D. Henrique, deu-se início aos descobrimentos e posteriormente ao comércio como às explorações das riquezas locais. Até ao século XIX, a grande maioria dos Marinheiros necessários às guarnições das Galés, Naus e Cavernas, eram recrutados nas prisões ou rebanhados em rusgas específicas para o efeito. Vinham de um extracto social marginal e marginalizado pela sociedade. Desde que apanhados, e sobre o jugo do carrasco, o comando tinha sobre eles o poder de VIDA e MORTE. São incontáveis as execuções a bordo, nas formas mais diversas, desde o enforcamento lento ao ritmo das vagas, às passagens pela quilha e às chibatadas até à morte.

Estes privilégios macabros dos comandos das unidades navais enraizaram-se tão fortemente nos hábitos e mentalidades dos criminosos comandos que iriam permanecer até ao século XIX. Quando já, por lei, foram proibidos os castigos físicos, nas prisões inclusive, essa aberração desumana e criminosa continuava legalmente a persistir na Marinha.

Perante tal quadro de terror imposto pelo “homem” sobre o homem, acrescido da lei da mãe natureza, quem desejaria ser Praça da Armada?. Só mesmo pela força. Essa força recaía sobre os marginais, vadios e vagabundos caçados nas rusgas ou arrancados das prisões. Daí os epítetos do Marujo “brigão”, “desordeiro”, temível “rufia”, que em terra impunha sua lei. Foi de tal modo desproporcional a dureza e a resistência desses pobres homens lançados ao desconhecido e às feras que a luta pela sobrevivência foi muito mais selectiva que a lei

natural descrita por Charles Darwin em “Origens das Espécies”.

Mesmo os que aceitavam o “dono” e a escravidão, não escaparam à implacável tempestade, ao farol do embuste, aos combates inevitáveis e ao terror do escorbuto. A realidade dessa longa NOITE dos antepassados Praças da Armada foi tão evidente e inevitável, que o Rei e os seus nobres para qualquer aventura naval para além da Madeira ou Tanger, mandavam construir e equipar esquadras de cinco e seis Naus para que restasse guarnição para uma regressar com as novidades do enriquecimento e expansão da Coroa, sempre a troco da vida humana, de sacrifícios sem fim.

No início do século XX, começou a era do serviço militar obrigatório, que viria a prolongar-se por cerca de um século. Mas nem mesmo esta outra realidade trouxe voluntários à Armada em número necessário. Perante a escassez de Praças e as necessidades do Ministério da Marinha, houve que fazer recurso de uma lei, designada por “lei das sortes”: Quando aos 19/20 anos os mancebos obrigatoriamente eram inspeccionados para o serviço militar nos seus respectivos concelhos, os “apurados” (considerados aptos), eram sujeitos a sorteio. Aquele a quem calhasse o número 1 iria obrigatoriamente para a Marinha. Quanto mais populoso fosse o concelho, maior seria o seu contributo. Conselhos havia, em que, os primeiros 10 ou 20 números tinham como destino a Marinha. Eis a razão porque em todo o país interior se usava o termo “ir às sortes”.

Durou séculos a prática do “luto dos vivos”: Quando um familiar Marinheiro embarcava com destino conhecido ou não, a família vestia-se de luto. Poucos foram os que o fizeram em vão.

Inspirado na gesta de dor e incerteza do destino e sorte de milhares de Marinheiros, o Poeta retratou o sofrimento com uma profundidade solene:

“... Ó MAR SALGADO,
QUANTO DO TEU SAL SÃO LÁGRIMAS DE PORTUGAL.
QUANTAS MÃES CHORARAM,
QUANTOS FILHOS EM VÃO RESARAM,
QUANTAS NOIVAS FICARAM POR CASAR...?
PARA QUE FOSSES NOSSO Ó MAR...”

Trepante sobre tudo e sobre todos a vida passa e a tecnologia avança, ainda que lentamente, na Armada

também: Do remo evoluímos para as velas e destas para o vapor, já quase toda a Europa navegava a outro combustível que não o carvão. Portanto seria inevitável que o progresso chegaria à nossa Marinha. Com a chegada da nova era tudo começaria a ser diferente. A longa NOITE da classe dos Praças da Armada havia chegado ao fim. Iniciava-se a era da MADRUGADA.

Em 1930, pela primeira vez na vida da “Briosa” o Ministério fez uma pequena incorporação de voluntários com a obrigatoriedade de saberem ler e escrever, destinavam-se à especialização em artilharia.

Se alguma preocupação os governos à época não tinham, era alfabetizar o povo, mais de 90% da classe mais baixa das Forças Armadas eram analfabetos. Prática possível continuar no Exército por mais algum tempo, todavia na Marinha não face à renovação da frota.

Os velhos navios a carvão tinham cumprido a sua missão. Estavam chegadas novas unidades navais: “Afonso de Albuquerque”, “Bartolomeu Dias”, “Gonçalo Zarco”, “Gonçalo Velho”, “Dão”, “Lima”, “Vouga”, “Tejo”, etc. – Unidades modernas que requeriam tripulações especializadas, aptas a desempenhar a sua missão com eficácia: Maquinistas, fogueiros, artilheiros, electricistas, torpedeiros, telegrafistas e aperfeiçoar as já existentes.

Foi-lhes exigido nos cursos uma preparação sólida para responderem à complexidade das tarefas que lhes eram exigidas porque as novas unidades navais o impunham. A grande e histórica mudança começa em Setembro de 1931. Voluntários de Setembro. Assim ficaram conhecidos na Armada.

Efectivamente, pela vez primeira, no dia 18 de Setembro de 1931, 400 mancebos voluntários ingressaram nas fileiras da Armada. Foi condição para a sua admissão, para além da condição física e psíquica, a obrigatoriedade de apresentar o diploma da 4ª classe ou superior. Constatou-se que cerca de 200 voluntários apresentaram habilitações de cursos de escolas industriais e comerciais.

Nessa fase do tempo, o programa de instrução das recrutas para os Praças na Armada tinha a duração de 6 meses. Todavia, atendendo as necessidades, o Ministro da Marinha ordenou que os 400 voluntários deviam ser considerados prontos a 31 de Dezembro de 1931. Para que a ordem ministerial fosse cumprida, a



carga de trabalho instrutivo tornou-se infernal, não só para os instruídos mas igualmente para os instrutores: Alvorada às 06.00h, início da instrução às 07.00h, 45 minutos para cada refeição (almoço e jantar) e só às 19.00h dava “volta faina”.

Como isso não fosse extenuante, o maestro Venceslau Pinto, convida os voluntários a formar um grupo coral. Perante enorme adesão efectuou-se uma selecção onde se privilegiava a voz e a figura física. Forma seleccionados 60 recrutados. Esses mancebos após o horário de instrução ensaiavam a harmonia do grupo, sobre a batuta do maestro todos os dias úteis durante uma hora, por vezes o ensaio tinha lugar no teatro S. Carlos. Mas tiveram no maestro um grande amigo, que lutou e conseguiu, um suplemento alimentar para aqueles esforçados rapazes. Com muito sacrifício mas muito orgulho, o velho S. Carlos, numa noite de Dezembro de 1931, repleto de publico da “final-flor” ouviram extasiados o coral dos Praças da Armada que excederam as expectativas dos mais optimistas. No fim do espectáculo perante aplausos ensurdecedores, o maestro não conteve uma lágrima. Foi um passo largo no conceito, na admiração da classe.

Era o “brigão” a ceder espaço ao “homem novo”. A partir dessa participação musical era frequente na Marinha, como nos bairros mais castiços de Lisboa ouvirem-se pessoas anónimas a trautear...

... NUMA AURORA TRIUNFAL...

FOMOS NO MAR OS PRIMEIROS,

QUANDO NASCEU PORTUGAL

NASCERAM OS MARINHEIROS...

ALTIVA, DE MAR EM MAR...

A NOSSA BANDEIRA, A NOSSA BANDEIRA,

SOBRE AS NAUS A TREMULAR...

CONQUISTOU A TERRA INTEIRA...

Terminada a instrução, em 1 de Janeiro de 1932, estes grumetes foram destacados para diversas unidades navais. Foram então mal recebidos e até hostilizados pelas guarnições instaladas. Eram os sabichões que na prática, nada de nada, do que à arte de Marinheiros concerne, sabiam nem conheciam sequer, de como o “Gregório gritava”.

Foi lamentável a posição assumida por “velhos marinheiros”, pois os chegados comportavam-se humildemente, como é da condição do ser humano enfrentando terrenos agrestes desconhecidos. O seu crime foi o arrastarem consigo a condição de letrados. Foram-lhes dadas as tarefas mais duras: constantemente escalados para remar nos escaleres, transportando pessoal e material para bordo e terra, sob mau tempo e correntes fortes, diversas vezes ao dia em longos percursos. Os Marinheiros antigos gozosamente diziam: Os remos são as melhores canetas que



a Marinha vos deve distribuir. Contudo poucos foram os que cederam à pressão física ou psíquica e todos os outros lentamente foram sendo aceites por mérito próprio.

Por volta de 1934/35, (à época o tempo de serviço obrigatório era de 4 anos para os recrutados e de 6 para os voluntários), toda a “rapaziada de Setembro” estava especializada. As missões atribuídas à Armada, assim como o seu equipamento, progrediam de forma contínua. A hierarquia dominante da Marinha, é levada a concluir não haver mais lugar para analfabetos dentro da Armada. Todavia haviam milhares nessas condições e muitos pertenciam aos quadros permanentes.

De forma absolutamente irresponsável, desumana até, nos finais dos anos 30, o Governo, por acção do Ministro da Marinha, de má memória, ORTINS de BETTENCOURT, fez publicar o decreto-lei 30.250, o qual, entre outras coisas, não permitia a recondução dos Praças analfabetos. Mesmo sabendo que iria destruir o modo de vida de centenas quicá, milhares de Marinheiros, com família construída, não tomou qualquer iniciativa ou providência para alfabetizar esses dedicados Marinheiros. Os boatos sobre essa medida extrema, já havia bastante tempo que circulavam entre a marujada, normalmente trazidos pelos “ordenanças”, que sempre ouviam “frases soltas” nos corredores do Ministério.

Muitos dos voluntários de Setembro eram “asilantes” e como nas horas de lazer se ofereciam para ensinar os iletrados, em alguns navios a ideia germinou: Criaram-se horários e turmas que funcionavam nas cobertas e prolongavam-se até ao silêncio. Os outrora hostilizados, foram naquela fase admirados e estimados, merecendo bem esses sentimentos, dado que contribuíram para salvar a carreira militar de centenas de camaradas. Mas o esforço que foi notório e diversificado não impediu que o irresponsável decreto-lei atingisse um elevado número de Marinheiros.

Os voluntários de Setembro de 1931, abriram assim, caminho a uma nova Marinha com uma escola de Praças, aptas a desempenhar todas as missões. Rapaziada educada e disciplinada que começou a ser olhada pela população com simpatia. O “desordeiro” e o “rufia” estavam progressivamente a definir.

Com a “Revolta dos Marinheiros” de 8 de Setembro de 1936, o marujo entrou definitivamente na consideração e respeito do povo mais consciente.

Dos 204 Praças expulsos da Armada por se terem envolvido na revolta, não haviam analfabetos.

Quando o “25 de Abril de 1974” surge, a classe dos Praças da Armada possui um longo e vasto historial de experiências e resistências de lutas acumuladas que se transforma de imediato em sustento de base de organizações unitárias para a conquista e defesa dos direitos mais elementares à dignidade, honra e bem estar de quem ousa envergar a ALCAXA, porque os desígnios pela valorização estiveram e estão sempre presentes.

Apesar da sujeição do requerimento ao CEMA e da resposta invariavelmente ser: Sem prejuízo para o serviço, muitos Praças conseguiram valorizar-se estudando no ensino particular. Em “25 de Abril de 1974”, a maior percentagem de militares da Armada com cursos superiores ou a frequentá-los eram Praças. Desde aí a percentagem tem vindo a aumentar. Mas na Marinha não é prática corrente aproveitar este potencial oferecido de bandeja, contrariamente ao Exército ou Força Aérea.

Esta martirizada mas digna classe, com raízes nas entranhas dos condenados às Galés, das rusgas traiçoeiras nas noites escuras dos bairros pobres de má fama, evoluindo para as “sortes”, como os menos afortunados, a pulso e à braçada, deixaram pelo caminho nos abismos de todos os mares mortos, estropiados e loucos, que estreou o Tarrafal, têm cemitérios em todos os Continentes, sem alternativa foram matando e morrendo, para que Portugal tenha sido grande. É dever histórico conhecer e honrar os factos da nossa histórica gesta como Praças da Armada.

No mínimo devemos conhecer e respeitar os pensamentos de grandes filósofos e avivar constantemente aos de escassa memória, com especial atenção aos que desempenham cargos de alta responsabilidade, um passado recente do qual não se guardam boas memórias. GEORGE SANTAYANA: “those who cannot remember the past are condemned to repeat it” / “Aqueles que não são capazes de lembrar o passado, estão condenados a repeti-lo”.

Por tudo o que vivemos, sofremos, pela mensagem acumulada através de gerações, pela “posição de sentido” aos nossos mortos, não irá ser pela classe dos Praças da Armada, que o “mostrengo” que habita nos abismos do fim do mundo voltará.

Esta classe unida em torno da sua A.P.A. contribuirá com a remada necessária, como sempre o faz, seja qual for o estado do mar. X

Uma realidade diferente...

A Conduta das Praças em especial cabos e marinheiros mais antigos



JOSÉ SILVA

SÓCIO 1538

Este tema é por norma muito discutível, por isso expresso aqui a minha opinião pessoal, não sendo esta expressa como a verdade absoluta... Vivemos numa nova era, a era da globalização das novas tecnologias, no fundo a era da informação, quanto a este ponto de certo que todos nós estamos de acordo.

Acrescentando a esta nova era, temos por especificidade própria (PORTUGAL) o famoso défice orçamental, por consequência uma enorme e gritante falta de verbas. Esta falta de verbas afecta primordialmente o sector estado, e consequentemente a MARINHA. Todos nós sentimos isso de maneira muito própria, quer nas remunerações quer na falta de meios de trabalho quer na própria formação profissional, a que se juntam apertos e poucas folgas por força da extinção do serviço militar obrigatório, na minha opinião um enorme erro ao nível da formação cívica e estrutural da sociedade Portuguesa, que cada vez mais vê as forças militares como um desperdício.

Deparamo-nos cada vez mais com uma falta de meios humanos em todo o tipo de serviços e unidades, com especial incidência a bordo, onde somente alguns ajustes de detalhes e a teimosia pessoal de alguns militares ainda fazem o barco rumar a bom porto.

É precisamente aqui que quero chegar. Com poucos meios financeiros e humanos a escolha dos

mesmos (meios humanos em especial) deveria ser mais rigorosa. Mas outro factor pesa agora nesta equação "A falta de candidatos para os vários tipos de regime".

Com o surgimento de novas realidades surgiram também novas especialidades (no meu ver erradamente) sendo em simultâneo e na generalidade, reduzido o respectivo tempo de formação, temos jovens mal formados profissionalmente, facto esse que todos nós sentimos na pele.

Quando embarcados, estes elementos serão formados pelo pessoal de bordo com mais experiência, normalmente por cabos e ou marinheiros com mais tempo de navio. Quando temos um universo grande de pessoas com esta responsabilidade moral, repito moral, é perfeitamente normal que esta formação não seja a adequada a cada caso em particular, no que me diz respeito neste ponto, tenho por norma duas linhas orientadoras pelas quais me tenho regido e penso que com bons resultados, o respeito e o delegar de responsabilidades.

Como diz o ditado: "Quem não se dá ao respeito não pode ser respeitado".

Segundo ditam a boa educação e as regras de conduta militar, devem-se tratar as pessoas pelo seu posto e nome próprio. A utilização de termos depreciativos sejam eles em função de cor, raça, credo ou de outra índole, não são garantidamente uma boa maneira de obter respeito, bem como a desculpabilização desse

tipo de condutas impróprias e inadequadas aliada a uma crítica constante e não construtiva causa directamente nos subordinados e nos militares mais modernos muita desmotivação.

Na minha opinião e repito minha opinião, a conduta mais adequada deverá ser:

Respeito pelo indivíduo em primeiro lugar. Quando esta meta está bem definida entre os intervenientes, deverão estes partir para a formação técnica e específica de cada especialidade. Transmitindo o conhecimento de modo a este ser verdadeiramente adquirido.

A fim de saber como efectuar as tarefas mais simples cabe ao cabo ou marinheiro antigo delegar funções e verificar se estas estão a ser bem efectuadas, este delegar deve ser gradual e constante, ao longo do tempo de marinha que estes jovens têm.

Elogiar e motivar é fundamental, quando as tarefas são bem executadas, quando as mesmas não o são, saber com respeito criticar e voltar a ensinar.

Isto somente no aspecto técnico e profissional, mas a bordo temos que levar em atenção o aspecto social e moral.

Por norma os navios são uma segunda casa... e fora das horas de serviço ou no mar lidamos com muitos indivíduos de diferentes maneiras de pensar e de estar... cabe-nos determinar as regras básicas de convivência e adequa-las a cada situação específica, é aqui em meios pequenos e fechados que o nosso papel é fundamental, com conselhos e postura individual, garantidamente seremos exemplos a seguir, e o futuro poderá estar garantido, porque no mar cada um de nós tem a obrigação e o dever de zelar pelo camarada, fazendo o que nos compete bem feito.

A marinha deverá ser acima de tudo uma escola de virtudes e não de defeitos, a aposta nos recursos humanos é urgente e gritante na nossa sociedade e nós marinheiros temos uma palavra a dizer...**X**



FUNDO DE SOLIDARIEDADE

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

Balcão: Rua do Ouro

Nº Conta: 0697632073300

NIB: 0035 0697 00632073300 73

IBAN:PT50003506970063207330073

Valor do Fundo de Solidariedade em 15 de Janeiro

7751,12e

PAGAMOS-LHE PARA PERDER PESO

962600002 / 915401762

www.nutriloja.com/parl

paulo64@gmail.com